

LOCALIZAÇÃO
Comunicações ao seminário
organizado pelo SAFP

17-18 de Outubro de 1989

LOCALIZAÇÃO: ENQUADRAMENTO PARA UM DEBATE NECESSÁRIO

*Manuel Gameiro **

1. INTRODUÇÃO

O Centro de Formação para a Administração Pública do SAFF foi concebido como instituição de formação profissional e também como *fórum* de debate de ideias sobre temáticas de interesse administrativo, particularmente as que respeitam ao território de Macau.

Dentro deste espírito, entendeu-se oportuno assinalar o mês de abertura deste centro com algumas sessões de reflexão e troca de ideias. Teve já lugar no passado dia 13. uma conferência sobre ensino assistido por computador; está prevista a realização de um seminário sobre formação profissional nos próximos dias 30 e 31 de Outubro: estamos, neste momento, a iniciar um seminário sobre localização.

Como coordenador do presente seminário, compete-me apresentar o tema e traçar algumas linhas introdutórias de enquadramento, no intuito de situar a análise, sem inibir de qualquer forma os contributos criativos dos conferencistas, nem o debate enriquecedor dos participantes.

Interessa, contudo, que nos situemos no contexto e que estejamos sintonizados no assunto em análise. Daí, as reflexões que a seguir vos proponho.

2. LOCALIZAR: ÂMBITO TEMÁTICO

A primeira afirmação que me ocorre propor-vos é a de que a localização não é um objectivo que se justifique por si próprio. Não se trata de localizar por localizar. Trata-se de localizar em função de determinadas finalidades a atingir.

E essas finalidades resumem-se, no meu entender, à necessidade de preparar o território de Macau para se auto-sustentar, do

* Director do Serviço de Administração e Função Pública, SAFF.

ponto de vista administrativo, é certo, mas também económica, social e culturalmente.

Digo *auto-sustentar*, isto é, dispor de recursos próprios que lhe permitam ocorrer à grande maioria das necessidades básicas da população. Mas não me parece dever confundir-se *localização* com *independência*, nem, muito menos, com *isolamento*. Os povos de hoje vivem em profunda interdependência e só têm a ganhar com um permanente intercâmbio.

Donde se poderia concluir que a localização, em rigor, abrange aspectos que transcendem os problemas do pessoal ao serviço da Administração.

A análise que nos propomos empreender neste seminário incidirá, naturalmente, sobre os recursos humanos da Administração Pública do Território. Gostaria, no entanto, de insistir na ideia de que a problemática da localização não se esgota naqueles termos e que não me parece possível dissociá-los do contexto geral da localização acima referido, nos seus diferentes aspectos — designadamente o da estrutura do mercado de trabalho, face ao jogo da oferta e procura de emprego.

Uma outra consideração introdutória que desejaria propor-vos diz respeito aos parâmetros em que me parece dever situar-se a nossa análise durante este seminário. Parece óbvio que nos temos de situar dentro das linhas mestras traçadas na Declaração Conjunta Luso-Chinesa. É o nosso quadro de referência.

Permitam-me, por isso, que respigue, nesta oportunidade, algumas disposições ali contidas que mais directamente digam respeito ao tema do nosso seminário:

Declara-se no n.º 3 da Declaração Conjunta:

«O Governo da Região Administrativa Especial de Macau e o órgão legislativo da RAEM serão ambos compostos por habitantes locais [...].»

«[...] Os nacionais chineses e os portugueses e outros estrangeiros que previamente tenham trabalhado nos serviços públicos (incluindo os de polícia) de Macau podem manter os seus vínculos funcionais. Os nacionais portugueses e de outros países poderão ser nomeados ou contratados para desempenhar certas funções públicas na RAEM.»

E no n.º 5 daquele documento:

«A RAEM definirá, por si própria, as políticas de cultura, educação, ciência e tecnologia e protegerá, em conformidade com a lei, o património cultural de Macau. Além da língua chinesa, poder-se-á usar também a língua portuguesa nos organismos do Governo, no órgão legislativo e nos Tribunais

[...]:»

E ainda nos n.^{os} 7 e 9 do documento fundamental em análise:

«A RAEM poderá manter e desenvolver, por si própria, relações económicas e culturais e nesse âmbito celebrar acordos com os países, regiões e organizações internacionais interessados. [...]» e «manterá a sua independência financeira.»

Servem as precedentes transcrições para, por um lado, balizar os limites das soluções que teremos de encontrar; e, por outro, para reforçar a ideia acima defendida de que, ao falar de localização, é útil — eu diria *necessário* — ter uma perspectiva abrangente da problemática da localização, mesmo quando, num momento determinado — como é o do presente seminário — se pretende abrir perspectivas e equacionar respostas alternativas à questão do apetrechamento do aparelho administrativo com quadros locais.

3. DESENVOLVIMENTO DAS SESSÕES

Vamos, assim, dar início aos trabalhos.

Teremos, em primeiro lugar, uma visão do que, sobre o tema, tem sido feito no vizinho território de Hong Kong. A exposição estará a cargo do Sr. Roger Garcia, a quem agradeço desde já a disponibilidade para cooperar connosco nesta análise.

Passaremos, em seguida, à busca de linhas orientadoras para a problemática da localização. Tentámos aportar pontos de vista de diversas proveniências: Associações representativas dos trabalhadores da Administração Pública e de uma associação profissional privada. Contaremos com exposições do Sr. Dr. José Serpa (ATFPM), do Sr. Ao Sio Hong (ATFPOC) e do Sr. Arquitecto José Maneiras, como representante da Associação dos Arquitectos de Macau.

Convidámos também a Fundação Macau, na pessoa do seu Presidente, para reflectir connosco esta problemática, designadamente na óptica dos contributos que a Universidade da Ásia Oriental pode oferecer para o avanço da localização de quadros. Ao Sr. Dr. Jorge Rangel deixamos desde já os nossos agradecimentos.

Seguidamente, analisaremos um projecto específico da localização: os programas de estudos em Portugal (os PEP).

Outros programas de espírito idêntico poderiam ser analisados: nas áreas da Saúde (os PEM), na área da educação (os bolseiros) e na área dos tradutores-intérpretes. Não os esquecendo, vimo-nos forçados a limitar a reflexão a um deles (o PEP), por limitações do tempo total que entendemos dedicar a este primeiro seminário. A exposição estará a cargo da Sr.^a Dr.^a Ana Andrade, coordenadora directa do PEP.

O tema «localizar a localização» vai-nos ser proposto e desenvolvido por quem, há muito tempo, vem reflectindo sobre estas matérias — o Dr. Rui Rocha.

Finalmente, teremos o encerramento do seminário pelo Sr. Secretário-Adjunto para a Administração e Justiça, Sr. Dr. Magalhães e Silva, que nos clarificará a visão doutrinária e política sobre as questões programadas e as suscitadas pelo debate.

Para concluir, não posso nem devo deixar de agradecer a vossa participação neste debate.

A vossa presença significa, para nós, que a consciência da importância dos problemas em debate está viva e generalizada.

Atrevo-me a incitar-vos a que marquem com a *participação* o facto físico da vossa presença.

Sem ideias preconcebidas.

Sem dogmatismos.

Unicamente animados pelo esforço de aproximação à verdade.

Que o mesmo é dizer, animados pela busca das soluções menos más, de entre as soluções possíveis.